

Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no Oeste Catarinense.¹

Solange Bezerra Caldarelli e Rodrigo Lavina
Scientia Consultoria Científica

Introdução

A arqueologia, no mundo todo, surgiu como uma disciplina voltada à geração de conhecimentos científicos, sendo logo apropriada pela academia, onde passou a ser objeto de reflexões teóricas e metodológicas, que tem evoluído desde o século XIX, quando surgiu a disciplina, até a atualidade, acompanhando a própria evolução das ciências sociais, das quais faz parte, e os progressos técnicos que lhe deram maior controle sobre as pesquisas em campo e em laboratório.

No caso do Brasil, onde a disciplina é mais recente, ela tem buscado acompanhar o percurso internacional e inserir-se nas discussões mais modernas sobre qual é o seu objeto de estudo e como melhor abordá-lo, seja teórica, metodológica ou tecnicamente, e sobre ele gerar conhecimento novo e dinâmico.

Os pesquisadores que se dedicaram à arqueologia catarinense não fugiram à história do desenvolvimento da disciplina em seu estado, o qual, no entanto, como, aliás, ocorre em todo o território brasileiro, teve regiões mais bem estudadas que outras.

O que importa, no presente artigo, é discutir a arqueologia do Oeste Catarinense, desde que esta região começou a ser objeto de pesquisas arqueológicas, até a atualidade, onde se passou a sentir a força das pesquisas de arqueologia consultiva, executadas em função do licenciamento ambiental de empreendimentos de dimensões diversas e correspondente potencial de impactar os recursos arqueológicos.

Ressalta-se que este não é um fenômeno particular do Brasil, mas internacional, que reflete conquistas sociais importantes, as quais forçaram os órgãos financiadores de projetos de desenvolvimento a exigir que fossem diagnosticados os impactos desses projetos sobre os recursos arqueológicos internacionais, nacionais, regionais e locais, preservando-os, quando possível; mitigando-os e compensando-os, quando não possível.

¹

Artigo publicado em: M.CARBONERA; P.I. SCHMITZ (Orgs.), *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*, p. 47-70. Chapecó: ARGOS, 2011.

1. A arqueologia do Oeste Catarinense no decorrer do século XX

As pesquisas arqueológicas de cunho acadêmico realizadas na porção catarinense da região do alto Rio Uruguai iniciaram no final da década de 1950 do século passado, inicialmente com equipes ligadas à então Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional - SPHAN e ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Tais pesquisas resultaram na definição e no cadastro de sítios abertos pré-cerâmicos e ceramistas, ligados principalmente à Tradição Tupiguarani e, em menor grau, às Tradições Humaitá, Umbu e Taquara/Itararé². Durante a década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, houve um aumento no número de levantamentos arqueológicos, além de algumas poucas escavações, que ajudaram a esclarecer a distribuição geográfica e a iniciar uma cronologia para a ocupação pré-histórica da região.

Dentre os trabalhos pioneiros, Schmitz (1957) publicou um estudo de caso sobre uma ocupação Tupiguarani na região de Itapiranga, no extremo oeste do Estado. A principal preocupação do autor, neste trabalho, foi descrever o padrão decorativo dos fragmentos cerâmicos recuperados em pesquisas assistemáticas por professores e alunos de Itapiranga. Nesta mesma linha, Schmitz e Becker (1968) apresentaram uma descrição do material lítico também obtido em coletas assistemáticas no município de Itapiranga, buscando uma sistematização do material lítico associado à cultura Alto-Paranaense.

Rohr (1966), em publicação referente ao levantamento arqueológico por ele realizado no município de Itapiranga, fez o registro de 53 sítios arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani, à Tradição Alto-Paranaense e, mais freqüentemente, apresentando material relacionado com ambas as Tradições. Os resultados, apresentados em Rohr (1968) forneceram datações para a Tradição Tupiguarani situadas entre 700 a 1180 anos AP e para a Tradição Alto-Paranaense (uma única data, de 7260 anos AP). Posteriormente, Rohr (1971) publicou novas datações radiocarbônicas para esta tradição, com resultados de 7145 AP, 8095 AP e 8640 AP.

Dentre os trabalhos realizados durante o PRONAPA no Oeste do Estado de Santa Catarina, Piazza (1969) registrou, para a região do rio Uruguai, um total de 50 sítios arqueológicos. Estes sítios foram classificados pelo autor como pertencentes à Fase Xaxim (Tradição Taquara/Itararé) e à Fase Mondaí (Tradição Tupiguarani). Uma série de datações radiocarbônicas obtidas por este autor, publicadas em 1969, situaram estas ocupações entre 380 +/-100 AD e 1460+- 70 AD. O mesmo autor (PIAZZA, 1971) publicou os resultados complementares de pesquisas arqueológicas no planalto catarinense, inclusive para a região do oeste catarinense, tendo localizado outros 48

² Não vamos entrar, aqui, no mérito das discussões sobre a robustez ou a fragilidade da Tradição Humaitá, uma vez que neste item pretendeu-se apenas apresentar um breve histórico das pesquisas na região, tais como se apresentaram na época.

sítios arqueológicos, por ele atribuídos às fases Tamanduá, Suruvi, Xaxim e Itá. Ainda dentro do PRONAPA, Miller (1971) descreveu o material procedente de 11 sítios arqueológicos por ele pesquisados no oeste de Santa Catarina, atribuídos às fases Itá e Ipira.

Em síntese, esses trabalhos pioneiros resultaram, além do registro e classificação de parte dos sítios arqueológicos em municípios situados nas margens do rio Uruguai e de alguns de seus afluentes principais, no estabelecimento de quatro Tradições culturais pré-históricas, sendo as mais antigas a Tradição Altoaranaense (posteriormente agrupada à Tradição Humaitá) e a Tradição Umbu (ambas pré-cerâmicas) e as tradições ceramistas Taquara e Tupiguarani. Apesar de terem sido percebidos sinais de interação entre estas populações, notadamente no caso das tradições ceramistas Taquara e Tupiguarani, as pesquisas acadêmicas pouco puderam avançar no sentido de explicitar a dinâmica cultural ocorrida na região no passado, como reconheceram De Masi e Artusi (1985). Estes autores, estudando o material lítico e cerâmico associado a sítios arqueológicos de Itapiranga, levantaram a questão do contato entre a Fase Itapiranga, não Tupiguarani, com sítios apresentando cerâmica desta Tradição, além de considerações a respeito da implantação dos sítios no terreno e a possível associação da Tradição Umbu aos sítios arqueológicos ceramistas da região.

Os autores afirmaram que:

Há necessidade de aprofundar os estudos sobre a fase, não só para completar o seu contexto tecnológico, mas também para conhecer seu território e as relações mantidas com as populações horticultoras vizinhas. De Masi e Artusi (1985:109).

Somente no início da década de 1980 do século passado é que as pesquisas na área foram retomadas, agora no âmbito do que se denominava, à época, de arqueologia de salvamento, com o início dos projetos de instalação das grandes barragens na bacia do rio Uruguai.

A esse respeito, Carbonera (2008) situa o início do processo com os estudos de avaliação do potencial arqueológico no final da década de 1970 do século passado (SCHMITZ, 1978), seguido pela implantação do Programa de Salvamento Arqueológico do Alto Uruguai. Este programa envolveu arqueólogos e instituições dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob a coordenação de Marilandi Goulart, então vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina e, a partir da década de 1990, à Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

O programa gerou uma série de relatórios, muitos deles atualmente de difícil acesso, em que são apresentados os resultados dos levantamentos arqueológicos realizados para as barragens de Itapiranga, Itá, Machadinho e Campos Novos e dos resgates

realizados nas áreas de impacto das barragens de Itá e Machadinho. Parte dessas informações foram apresentadas em Goulart (1980, 1983, 1987a, 1987b, 1997). Para uma descrição mais completa e apreciação crítica destes relatórios, vide Carbonera (2008).

Devido aos problemas acima mencionados, torna-se difícil estimar o impacto deste projeto específico no universo de informações sobre a arqueologia do oeste catarinense: não foram realizadas datações dos sítios escavados e o material recuperado, parcialmente estudado, está apenas parcialmente publicado. Os vestígios inventariados, segundo Carbonera (2008), consistem em 56.784 peças líticas, 135.488 fragmentos cerâmicos, 68 vasilhames, 844 amostras de sedimentos, 317 vestígios ósseos e 26 vestígios coníferos, associados às tradições Umbu, Humaitá, Taquara e Tupiguarani.

Durante a última década do século XX, apenas trabalhos pontuais de levantamento arqueológico foram realizados na região, sem resultados significativos.

2. A arqueologia do Oeste Catarinense no século XXI

A partir da década de 2000, ocorreu uma retomada das pesquisas na região, agora totalmente ligadas à arqueologia consultiva³, associada à implantação de grandes obras de engenharia, empreendidas notadamente pelo setor hidroenergético.

Dentre estas podem ser citadas o levantamento e resgate arqueológico da UHE Quebra-Queixo, situada no alto curso do rio Chapecó, nos municípios catarinenses de São Domingos e Ipuçu. Estes trabalhos resultaram no registro de 31 sítios arqueológicos ceramistas ligados à Tradição Taquara/Itararé, além de quatro ocorrências arqueológicas discretas (Herberts, 2002; Herberts *et al*, 2003; Lavina, 2004).

A ausência de sítios tupiguarani na área da UHE Quebra-Queixo contrastou com o que foi registrado por Goulart (1983) no trecho da bacia do Chapecó situado no município homônimo. Uma análise dos dados evidenciou, entretanto, que os sítios mencionados por Goulart situavam-se muito próximos ao Rio Uruguai, provavelmente território da população indígena tupi. Já os sítios Taquara/Itararé situavam-se mais a montante do Rio Chapecó, o que indica ter sido este o território ocupado pelos indígenas Jê associados a esta tradição. Não se tem ainda indícios suficientes que permitam afirmar a contemporaneidade entre ambos os grupos indígenas mencionados, principalmente pela ausência de indicadores culturais de contato, ao menos até o

³ Optamos, aqui, por empregar o termo “arqueologia consultiva”, uma vez que este é o termo atualmente utilizado pelo Banco Mundial, um dos maiores financiadores da arqueologia preventiva no mundo. Além disso, a arqueologia consultiva, no Brasil, é praticada pelos mais diversos profissionais, autônomos ou ligados a instituições acadêmicas, a museus e a empresas.

estágio atual dos estudos na área abrangida pelo projeto. No entanto, esta hipótese não pode ser descartada. O mais provável é que a ocupação do médio e alto Chapecó tenha sido decorrência do movimento expansionista tupi, dominando os rios principais, conforme discute Noelli (2000).

Sítios pré-cerâmicos, por sua vez, simplesmente não foram encontrados na área de inserção da UHE Quebra-Queixo, provavelmente também por este estarem associados ao curso d'água principal, o Rio Uruguai.

Outro fator a ressaltar foi a diferença encontrada na cerâmica registrada nos sítios a céu aberto, sem estruturação física visível, e a cerâmica registrada no entorno das estruturas escavadas (“casas subterrâneas”). A cerâmica dos sítios a céu aberto praticamente não apresentou decoração, o que levou, num primeiro momento, associá-la à Tradição Itararé. No entanto, a decoração apresentada pela cerâmica das casas subterrâneas, resgatadas nas duas últimas etapas de campo, levou à sua atribuição à Tradição Taquara (Caldarelli e Herberts, 2005).

Os sítios a céu aberto nos quais predominaram os objetos de pedra lascada, certamente desempenhavam função distinta das estruturas escavadas. Provavelmente, relacionavam-se a acampamentos de produção de artefatos líticos, pela técnica do lascamento, atividade esta que devia combinar-se com atividades de obtenção de recursos vegetais e faunísticos para fins alimentícios.

Já as estruturas escavadas apresentam uma maior variedade de tipos funcionais e decorativos de cerâmica, o que indica um assentamento em que a estocagem e o preparo de alimentos para consumo constituíam atividades mais importantes do que nos sítios a céu aberto. Isto reforça hipóteses esboçadas por outros autores, de tratarem-se de habitações de inverno, protegidas dos ventos e nas quais o consumo de alimentos e bebidas quentes se acentuava. O clima também favorecia a estocagem, impossível no período quente (Caldarelli e Herberts, 2005).

No entanto, os diversos sítios registrados na área de estudo poderiam também constituir áreas satélite da aldeia principal, por onde os grupos circulavam, como parte de sua estratégia de obter os alimentos nos locais onde eles predominavam (Noelli, 2000). Só que, no caso da área de inserção da UHE Quebra-Queixo, seus limites restritos não permitiram verificar a extensão e diversidade do território explorado, que certamente excedia consideravelmente os limites pesquisados neste projeto.

Nas estruturas escavadas, as atividades domésticas diurnas se davam principalmente na parte externa, devendo o interior ser destinado ao repouso e abrigo das intempéries. Atividades tradicionalmente femininas, como o preparo dos alimentos, eram ali predominantes (Caldarelli e Herberts, 2005).

Tendo como base as informações prestadas pelos escritos etnográficos disponíveis e dados a respeito da flora e da fauna descritas anteriormente, foi possível construir um modelo provável para a exploração dos recursos bióticos presentes na área.

A localização dos sítios é característica dos grupos Kaingang, todos situados nas partes mais altas, possibilitando um controle visual dos arredores, mas ao mesmo tempo oferecendo rápido acesso aos rios próximos e aos recursos presentes neste e em suas imediações. As áreas mais úmidas na borda do rio são as mais promissoras para coleta de frutos, uma vez que nestas áreas estão estabelecidas a maioria das espécies frutíferas, principalmente árvores da família Myrtaceae.

O rio nesta área é rico em corredeiras, o que facilitaria sobremaneira a pesca com arco e flecha, com “pari” e por envenenamento, por outro lado, as espécies de peixe, em sua maioria, são de pequeno porte.

Sendo por um lado a área quase contornada pelo rio, com muitos abrigos, a possibilidade de encontrar caça e encurralá-la seria muito maior, seguindo os hábitos dos animais, que os levariam até seus esconderijos ou locais preferenciais para beber ou obter alimento.

O pinhão fruto da *Araucaria angustifolia* era o principal alimento dos grupos do planalto; é plausível que os grupos humanos existentes na região migrassem sazonalmente para áreas mais abundantes deste tipo de alimento. É também sabido que na época da frutificação da *Araucária*, a caça também se fazia mais abundante, onde havia maior quantidade de frutos. É possível que, após a colheita do pinhão, voltassem para os locais onde fosse abundante a caça e possível a colheita de frutos, como, por exemplo, as grandes concentrações de Myrtaceae próximas aos rios.

Se relacionarmos o contexto descrito para a região com os grupos Kaingang históricos, a área ofereceria oportunidades para permanência por pelo menos parte do ano, ou como ponto de apoio para maiores deslocamentos.

Datações radiocarbônicas obtidas para as estruturas escavadas (casas subterrâneas) indicarão que a ocupação destes sítios se deu entre meados e final do século XIX, reforçando a associação da Tradição Taquara aos Kaingang atuais, ocupantes históricos dessa região e até hoje encontrados nas áreas indígenas do município de Ipuçu.

Nesta mesma região e associado ao mesmo projeto, foi realizado o levantamento e resgate arqueológico da linha de transmissão de energia elétrica Quebra Queixo, que resultou na identificação de cinco sítios arqueológicos, dos quais foram resgatados três sítios ceramistas associados à tradição Taquara/Itararé e um sítio pré-cerâmico associado à tradição Umbu.

Os testemunhos arqueológicos registrados ao longo da LT Quebra-Queixo – Pinhalzinho também comprovaram, portanto, a ocupação da área por populações indígenas Je, muito provavelmente Kaingang, com cultura material característica da Tradição Taquara.

Caso sejam contemporâneos dos sítios registrados na área de influência direta do AHE Quebra-Queixo devem ser relativamente recentes, representando um momento tardio da arqueologia Kaingang, mas serão necessários elementos datáveis para que se possa obter confirmação desta hipótese.

A análise da implantação dos sítios no relevo foi prejudicada pelo recorte extremamente artificial do tipo de empreendimento (Linha de Transmissão), que privilegia os locais altos para implantação das estruturas. Não é de se admirar, portanto, que os sítios registrados estivessem implantados, em sua maioria, em topos e alta encosta (caso dos sítios lito-cerâmicos) ou alta encosta (caso do único sítio lítico estudado, encontrado por situar-se em área de empréstimo de material rochoso. Mesmo reconhecendo que qualquer inferência sobre a problemática da implantação será necessariamente tendenciosa, não refletindo um conhecimento regional (Johnson, 1977), mas a realidade da área pesquisada, lembra-se que a implantação dos sítios registrados é característica dos grupos Kaingang, todos localizados nas partes mais altas, possibilitando um controle visual dos arredores, mas ao mesmo tempo oferecendo rápido acesso aos rios próximos e aos recursos presentes neste e em suas imediações.

Na bacia do rio Irani, afluente da margem direita do Uruguai, em território pertencente aos municípios de Alto Irani, Xavantina, Arvoredo e Faxinal do Guedes, foi realizado o resgate dos sítios arqueológicos registrados nas PCHs Plano Alto e Alto Irani, totalizando 4 sítios lito-cerâmicos (ligados à tradição Taquara/Itararé) e um sítio pré-cerâmico ligado possivelmente à tradição Umbu. Na segunda PCH, foram registrados 2 sítios lito-cerâmicos associados à Tradição Taquara/Itararé e 5 sítios líticos associados à Tradição Umbu. Após avaliação destas áreas, foram efetivamente resgatados 3 sítios arqueológicos na área de impacto da PCH Plano Alto e 4 sítios arqueológicos na PCH Alto Irani e consideradas áreas de ocorrência discretas três destas áreas⁴. As demais não apresentaram material arqueológico e foram descartadas.

⁴ Consideraram-se ocorrências discretas vestígios cerâmicos em baixa quantidade (inferior a dez), que não apresentavam correlações entre si que indicassem tratar-se de um mini-sítio, podendo encontrar-se nos locais por fatores diversos, que aqui não cabe discutir.

Os sítios pesquisados durante este projeto apresentaram cerâmica associada à Tradição Taquara/Itararé, sendo que um deles, o AI-17, apresentou também uma ocupação mais antiga, associada à Tradição pré-ceramista Umbu.

Sobre os sítios resgatados, verificou-se que sua implantação se deu preferencialmente em patamares, situados entre baixas e médias vertentes. Apenas dois sítios foram registrados em alta vertente, um deles também em patamar. Um único sítio arqueológico foi registrado em topo.

As maiores densidades de material arqueológico foram registradas exatamente nos sítios não superficiais, com camada arqueológica relativamente bem preservada (sítios PA-04 e AI-17) ou no qual ainda havia alguma matriz de sustentação do material arqueológico, mesmo que bastante comprometida (sítio AI-03).

Nos demais sítios, considerou-se que a destruição da matriz arqueológica causou a destruição dos sítios e que a área registrada por ocasião do resgate não correspondia à área originalmente ocupada, devendo ser resultante da dispersão do material arqueológico.

Considerando-se, portanto, apenas os sítios mais bem preservados dentre os resgatados (PA-04 e AI-17), pode-se dizer que se tratavam de sítios de pequenas dimensões (entre 1.200 e 5.000 m² de área), ocupados por um período prolongado, que permitiu a formação de uma camada arqueológica espessa, da ordem de ao menos 0,80 (AI-17) e 1,20m (PA-04) de espessura, uma vez que a camada mais superficial deve ter sido erodida por ações antrópicas.

No que concerne a uma estimativa de densidade populacional desses sítios, inferiu-se, a partir do emprego da fórmula de Naroll (1962) uma população pequena, entre 12 (PA-04) e 50/60 indivíduos (AI-17 e AI-03).

Nesse sentido, o sítio PA-04 corresponderia a um sítio de atividades específicas, provavelmente destinado à produção de artefatos líticos e processamento de caça. Como se trata de um sítio localizado num patamar estreito e curto, na baixa vertente, caracterizado como um terraço de inundação que recebe tanto depósitos das cheias do Rio Irani como das vertentes situadas acima dele (capítulo três deste relatório), tal interpretação parece ser legítima, pois o local não reuniria as características necessárias a um assentamento de longa duração.

Isso explicaria também a ausência ou baixo número de fragmentos cerâmicos. Segundo consta do capítulo quatro deste relatório, dezoito cacos apresentaram marcas de uso consistentes com restos de alimentação carbonizada no interior das vasilhas, indicando que estas foram utilizadas para cozinhar alimentos durante a permanência do grupo no local. O sítio deve ter sido reocupado para atividades de

lascamento e talvez processamento de material de caça ao menos algumas vezes, conforme indica a alta espessura do depósito arqueológico, devida também ao aporte de sedimentos trazidos pelas constantes inundações.

O sítio AI-17, por sua vez, com área de aproximadamente 5.000 m² e população estimada em cerca de 50 indivíduos, é coerente com uma ocupação um pouco mais densa, ocorrida num topo de colina, ou seja, numa área mais protegida de inundações e com melhor visibilidade dos arredores. Esta situação parece ter sido considerada favorável não apenas pelos horticultores ceramistas Itararé, mas também pelos caçadores-coletores Umbu que os antecederam no local.

Os sítios cerâmicos correspondem, portanto, ao observado na UHE Quebra-Queixo, de uma área ocupada por populações pouco reduzidas numericamente, possivelmente refugiadas no extremo oeste catarinense, já em período histórico avançado, uma vez que a ocupação do oeste do Estado de Santa Catarina pela denominada “sociedade nacional” vai-se dar efetivamente apenas no último quartel do século XIX, “*com a delimitação final da fronteira entre Brasil e Argentina, em 1885*” (Rossetto, 1996).

Entre os projetos mais importantes realizados na atualidade, o levantamento e resgate arqueológico da UHE Foz do Chapecó, impactando ambas as margens do rio Uruguai, no território de diversos municípios catarinenses e riograndenses, possivelmente terá uma importância equivalente ou maior que o Projeto Arqueológico Uruguai, anteriormente citado. Tal afirmação decorre tanto da extensão da área de intervenção do empreendimento, quanto da variedade e amplitude cronológica dos sítios ali registrados, a julgar pelos resultados obtidos até o momento, com a finalização dos trabalhos relativos ao resgate do canteiro de obras desta UHE⁵.

A pesquisa no canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó foi realizada com a escavação de 14 sítios arqueológicos, sendo oito lito-cerâmicos, três líticos, um cerâmico e três compostos por dois processos de ocupação, um lito-cerâmico (mais recente) e um lítico (mais antigo).

Os sítios lito-cerâmicos foram classificados como pertencentes à tradição arqueológica Tupiguarani, e estavam localizados em patamares planos à beira do Rio Uruguai, ao lado de córregos, em locais planos distantes entre 50 e 500 m do rio Uruguai. As datas radiocarbônicas obtidas para estes sítios situaram-se entre 740 AP e início do século XVI.

Já os sítios pré-ceramistas, apresentaram pontas de projétil líticas bifaciais características da tradição Umbu, além de uma indústria de lâminas unifaciais

⁵ Não mencionamos, aqui, as pesquisas realizadas por De Masi na área do reservatório pelo fato de estas ainda não terem sido disponibilizadas ao público.

lascadas em metalamito e calcedônia, matérias primas coletadas tanto em afloramentos existentes nas proximidades como no leito do rio Uruguai. Nestes sítios, foram também foram coletados artefatos bifaciais associados à tradição Humaitá. As datações obtidas para os sítios pré-cerâmicos da Tradição Umbu situaram-se entre 7680 e 9460 AP.

O levantamento arqueológico da área de reservatório desta UHE teve como resultado o registro de 33 sítios arqueológicos pré-históricos, sendo 26 sítios ceramistas associados à tradição Tupiguarani, 6 sítios pré-cerâmicos associados à tradição Umbu e um sítio de gravações rupestres. Além destes, foram também identificados 275 áreas de ocorrências arqueológicas discretas, tanto referentes a sítios pré-históricos como históricos.

“Dentre os resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível estabelecer uma ocupação antiga para a região, representada por três sítios arqueológicos tipo acampamento, datada do início do Holoceno, caracterizada pela produção de uma indústria lítica com instrumentos lascados bifaciais associada à Tradição Umbu. No contexto local, chama a atenção a presença de uma indústria de lâminas lascadas característica, para a qual não foram encontradas referências nos trabalhos publicados sobre pesquisas no sul do Brasil. Ainda com referência à esta indústria, também foi constatada a presença de artefatos bifaciais conhecidos na literatura como lâminas “bumerangóides”, consideradas como fósseis-guia da Tradição Humaitá, mas que neste caso, estão claramente associadas à ocupação Umbu.

Esta associação parece levar à uma reavaliação da Tradição Humaitá, pois aparentemente os sítios desta tradição parecem mais ser áreas de trabalho específico ligados a outros grupos humanos, tanto pré-cerâmicos como ceramistas, que compartilhavam técnicas de produção de artefatos lascados, do que propriamente consistir em uma Tradição tecnológica diferenciada, o que vem ao encontro das conclusões recentes de diversos pesquisadores (HOELTZ; BRÜGGEMANN, 2003, entre outros). Enquanto que entre os grupos ceramistas estes implementos estariam associados principalmente à derrubada da mata para a preparação de plantações, no caso dos grupos pré-cerâmicos possivelmente estariam associados à derrubada e ao trabalho pesado em madeira, para a confecção de instrumentos como arcos e bordunas, entre outros, que demandariam árvores adultas, com madeira resistente.

Embora nestes sítios não tenham sido recuperados vestígios faunísticos que possam dar uma idéia do modo de subsistência destas populações, a presença de pontas de projétil bifaciais lascadas é um indicador da existência de atividades ligadas à caça de mamíferos de médio e grande porte. Também as áreas escolhidas para a instalação dos acampamentos, via de regra próximo à corredeiras do rio Uruguai, parece apontar para a pesca nestes locais favoráveis, pela abundância de peixes que poderiam ser capturados com armadilhas e outros implementos.

Com relação à ocupação ceramista, apesar dos sítios arqueológicos identificados terem sido fortemente impactadas por atividades antrópicas, principalmente pelo uso do arado nas lavouras, foi possível recuperar diversas informações sobre tecnologia, implantação dos sítios, dieta e hábitos funerários destes grupos, que apresentaram cerâmica característica da Tradição Tupiguarani.

As datações radiocarbônicas obtidas apontam para sua instalação no local a partir do século XIV, remetendo as datas mais recentes para início e meados do século XVI, condizente com o início da ocupação européia da região.

De maneira similar a outros sítios desta tradição estudados, os pesquisados no canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó se apresentam como aldeias instaladas sobre áreas planas da barranca do rio Uruguai ou patamares aplainados sobre o mesmo, com o espaço caracterizado por solo de cor mais escura com abundantes fragmentos cerâmicos, tendo eventualmente se conservado em contexto estruturas de combustão, caracterizando fogueiras para preparação de alimentos, e estruturas funerárias caracterizadas como conjuntos de vasilhames associados a enterramentos secundários em seu interior, frequentemente acompanhados de mobília funerária como pingentes de pedra ou concha, vasilhames e tembetás polidos em pedra.

Em uma destas estruturas de combustão, foram recuperados vestígios de fauna, mostrando o consumo por parte do grupo de moluscos de água doce, moluscos terrestres, peixes, quelônios, répteis, aves e mamíferos de pequeno e médio porte, cuja captura estaria associada às corredeiras do rio Uruguai ou em suas proximidades.

Também a presença eventual de poucos fragmentos cerâmicos associados à líticos lascados e polidos nos patamares e encostas mais afastados do rio parecem indicar acampamentos temporários associados à derrubada, preparação e colheita de produtos agrícolas nas imediações das aldeias.

Foi percebida, embora de forma discreta, a presença de cerâmica característica da Tradição Itararé em alguns dos sítios pesquisados, inclusive como parte da mobília funerária de enterramentos. Isso vem mostrar a existência de contato entre os grupos pertencentes a essas distintas tradições, possivelmente envolvendo escambo ou atividades belicosas; cabe dizer que a pequena quantidade de cerâmica Itararé recuperada sugere que a hipótese de incorporação de ceramistas de grupos Itararé por casamento e/ou rapto não tenha acontecido nestes casos, já que a presença de ceramistas de outra tradição certamente teria um reflexo bem mais acentuado no material recuperado.

Por fim, a presença de material industrializado datado de inícios do século XX nos sítios remete ao início da efetiva colonização do oeste de Santa Catarina, principalmente por descendentes de imigrantes europeus provenientes do Rio Grande do Sul e por populações luso-brasileiras

originárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estes vestígios estão associados à acampamentos de pescadores e caçadores eventualmente ocupados nas margens do rio Uruguai, em locais estratégicos para a pesca, como também a instalações agropastoris, notadamente à ligada ao cultivo do milho, do feijão e mais recentemente, do tabaco, muitas das quais, ainda atuantes à época da instalação do canteiro de obras, foram por este eliminadas". (MÜLLER, 2010)

3. Considerações finais

A promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 3.938/1981), efetivada com a publicação da Resolução CONAMA 001/1986, impulsionou em todo o território nacional a arqueologia realizada em função do licenciamento ambiental de projetos de desenvolvimento. O advento da Portaria 230/2002 do IPHAN, estabelecendo a normatização para a realização de trabalhos de levantamento, diagnóstico e resgate arqueológico, fez crescer exponencialmente essas pesquisas, o que se fez sentir imediatamente no oeste catarinense, situação esta que tudo indica vai perdurar. A figura 1, onde são apresentados todos os municípios onde foram realizadas as pesquisas mencionadas no presente texto, dá uma dimensão do alcance geográfico dos levantamentos arqueológicos realizados, vários deles trazendo informações novas e alguns, seguidos de estudos mais aprofundados, gerando novos conhecimentos.

Um levantamento realizado nos arquivos da 11ª SR do IPHAN, em Florianópolis/SC, dos relatórios de levantamento arqueológico ali depositados, mostrou que as pesquisas arqueológicas prospectivas realizadas em função do licenciamento ambiental de novos empreendimentos, entre 2001 e 2010, foram as responsáveis absolutas pelo registro de novos sítios arqueológicos e pelo estudo sistemático de parte destes.

Em números absolutos, os 50 projetos de levantamento arqueológico sistemático para o qual foram emitidas portarias durante o período foram responsáveis pela localização de 308 sítios arqueológicos, em sua grande maioria ainda inéditos nos registros do sistema de gerenciamento do patrimônio arqueológico do IPHAN. Cabe ressaltar que, no mesmo período, não encontramos referência a atividades de levantamento arqueológico sistemático que tenham sido empreendidas por instituições acadêmicas na região.

Em que pese este incremento nas atividades de pesquisa, registro e resgate de sítios arqueológicos trazido pelas atividades de arqueologia consultiva, cabe dizer que este avanço não se tem refletido na publicação dos resultados destas pesquisas, seja em publicações especializadas, seja para a divulgação ao

grande público. Os resultados dessas pesquisas, com louváveis exceções, só são acessíveis por meio dos relatórios depositados nos arquivos do IPHAN ou em estudos e relatórios de impacto ambiental, normalmente pouco acessíveis aos interessados após a instalação dos empreendimentos.

Embora este aspecto da pesquisa também tenha sido abordado tanto pela Portaria SPHAN 07/1988 quanto pela portaria IPHAN 230/2002, que exigem a divulgação dos resultados tanto para o público acadêmico como para a população, a maioria dos arqueólogos que trabalha com a arqueologia consultiva ainda não conseguiu atingir o que seria desejável, nem em quantidade, nem em qualidade, o que ocorre também em relação aos projetos desenvolvidos no Oeste Catarinense.

As pesquisas visando à proteção e à geração de conhecimento do patrimônio arqueológico são feitas visando não apenas a proteção ao patrimônio arqueológico, mas principalmente o interesse público neste patrimônio. Portanto, tal lacuna é eticamente inadmissível, em vista do aporte de verba que pelas normas precisa estar previsto para essa atividade, extremamente importante tanto para a preservação dos sítios arqueológicos que compõem o patrimônio da região Oeste como também para esclarecer a importância do trabalho do arqueólogo na preservação e construção da identidade regional.

BIBLIOGRAFIA

CALDARELLI, S.B. & HERBERTS, A. L. A contribuição das pesquisas no AHE Quebra-Queixo à problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no Extremo Oeste catarinense e à arqueologia kaingang. In: MILDNER, S. (Org.), **Casas Subterrâneas – Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos**. Santa Maria, LEPA/UFMS, p. 85-128, 2005.

CARBONERA, M. **A População Tupiguarani no Alto Uruguai: Estudando o Acervo “Marilandi Goulart”**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

GOULART, M. (Coord.) **A Pré-História da Volta do Uvá – SC/RS**. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1987a.

GOULART, M. (Coord.) **Culturas Indígenas do Alto Vale do rio Uruguai**. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1987b.

GOULART, M. (Coord.) **Projeto Arqueológico Uruguai – Levantamento de Sítios Arqueológicos na Área de Inundação das Barragens de Machadinho e Itá – SC/RS**. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1980.

GOULART, M. **Projeto Arqueológico Uruguai. Levantamento e escavação de sítios arqueológicos no Município de Chapecó, Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC/Eletrosul, 1983.

GOULART, M. **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai**. Itajaí: UNIVALI, 1997.

HERBERTS, A. L. (org). **Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção das PCHs Plano Alto e Alto Irani, SC. Relatório Final**. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica, 2007.

HERBERTS, A. L. (org). **Levantamento arqueológico na faixa de servidão da linha de transmissão de 138KV Quebra-Queixo – Pinhalzinho, SC. Relatório Final**. Florianópolis: Scientia Ambiental, 2003.

HERBERTS, A. L. (org). **Resgate Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Quebra-Queixo, SC. Relatório Final**. Florianópolis: Scientia Ambiental, 2002.

HERBERTS, A. L. (Org). **Resgate Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão de 138 kv Quebra-Queixo – Pinhalzinho, SC. Relatório Final**. Florianópolis: Scientia Ambiental, 2003.

HERBERTS, A. L.; HOELTZ, S. E.; BRÜGGEMANN, A. A.; CALDARELLI, S. B.. O sítio lito-cerâmico SC-AG-40: mais uma peça do quebra-cabeça Kaingang no sul do Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, 18: 151-182, 2003.

JOHNSON, G. A. Aspects of regional analysis in Archaeology. **Annual review of Anthropology**, 6: 479-508, 1977.

LAVINA, R. (Org.). **Relatório Final do Levantamento Arqueológico do Canteiro de Obras da UHE Foz do Chapecó – Águas de Chapecó/SC e Alpestre/RS**. Criciúma: IPAT/UNESC, 2004.

MILLER, E.T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (4), Publicações Avulsas (15)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. Pág. 37-70.

MÜLLER, L. (Org.). **Arqueologia Preventiva na UHE Foz do Chapecó, RS/SC – Relatório Final**. Florianópolis, Scientia, 2010.

PIAZZA, W. F. Dados Complementares à Arqueologia do Vale do Uruguai. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (4), Publicações Avulsas (15)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. Pág. 71-86.

PIAZZA, W. F. **Notícia Arqueológica do Vale do Uruguai**. Separata do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (2), Publicações Avulsas (10). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

ROHR, J. A.. Achados Arqueológicos em Itapiranga. **Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata**. Pesquisas, Antropologia nº 18. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968. Pág. 47-48.

ROHR, J. A.. **Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina: I. Exploração sistemática do sítio da Praia da Tapera. II. Os sítios Arqueológicos do Município de Itapiranga**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1966.

SCHMITZ, P.I. e BECKER, I.I.B. Uma Indústria Lítica de Tipo Alto-Paranaense, Itapiranga, SC. **Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Pesquisas, Antropologia nº 18**. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968. Pág. 21-46.